

Sarney amolece mais um pouco

Os Estados e municípios vão ter mesmo uma nova fórmula para pagamento de suas dívidas externas em 1989: já está praticamente abandonada a determinação do governo, contida na lei orçamentária do próximo ano, de que sejam quitados 25% dos débitos vencidos ou a vencer no decorrer do exercício. A fórmula deve ser a que foi proposta anteontem pelo presidente José Sarney ao deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso: rolagem da dívida em percentual entre 10 e 25%, de acordo com o total do débito de cada Estado. Essa fórmula é chamada de efeito cascata. Para os Estados mais endividados (S. Paulo, Rio, Paraná e Rio Grande do Sul), que seriam prejudicados com essa proposta, o governo acena com uma negociação em separado.

Essa proposta é a mais viável entre outras surgidas ontem, dia de intensas negociações em Brasília envolvendo governadores, o presidente Sarney, o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, ministros e técnicos da área econômica. No fim, uma constatação: os governadores devem ganhar a batalha, embora em proporção menor ao que desejavam, e perdem os ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, que se mantinham irredutíveis na proposta original.

No final da noite, não havia ainda qualquer definição, mais muito otimismo quanto ao resultado final das negociações. Os governadores pretendem fechar um acordo único para todos os Estados, mas a maioria concorda com a proposta de Sarney, de rolar em 89 o pagamento do serviço da dívida de Estados e municípios de acordo com a dívida global de cada um, com vencimento entre 1983 e 1989, aplicando-se o efeito cascata.

A proposta é: dívida até US\$ 300 milhões, rolagem de 100% do serviço devido em 89; de 300 a 500 milhões de dólares, 90%; de 500 milhões a 1 bilhão de dólares, 80%; e acima de 1 bilhão, 75%. Uma proposta dos governadores, rejeitada ontem mesmo pela área econômica, era de rolar 100% de todo o serviço da dívida (estoque) não pago de 1983 até agora e pagar apenas 25% do serviço de 89. Mas é bastante provável que a solução final seja anunciada ainda hoje.

O impasse União-Estados surgiu quando da elaboração do orçamento federal para 89, já em tramitação no Congresso. A peça orçamentária trazia a determinação de que todos os devedores externos pagassem 25% do serviço da dívida a vencer no próximo ano, incluindo parcelas que o governo federal cobriu a partir de 1983, e rolassem 75%. Por esta proposta, a União receberia de Estados e municípios em 1989 cerca de US\$ 3 bilhões, já incluídos como receita no orçamento. A grita dos governadores foi geral, principalmente dos Estados mais endividados, como São Paulo. Pela proposta de Sarney, a União receberá cerca de US\$ 1,6 bilhão em 89 e em vez do superávit previsto de 0,07% do Produto Interno Bruto (PIB), passa a ter um déficit de 0,32% (Cz\$ 250 bilhões).

Não concordam com a proposta de Sarney, além da área econômica do próprio governo, os governadores de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que terão de pagar, em qualquer hipótese, as maiores parcelas do serviço da dívida em 89. São Paulo, por exemplo, teria um desembolso líquido de US\$ 972 milhões com a rolagem de 75%; com a aplicação do efeito cascata, desembolsa US\$ 842 milhões. Diante da reação dos governadores desses Estados, o governo federal concordou, no final da noite, em discutir um tratamento especial para eles, a fim de reduzir os valores a serem pagos. Descartou, porém, a vinculação do acordo dos pagamentos da dívida externa com a dívida interna, como queriam alguns governadores.

À noite, em uma recepção no Itamaraty, o presidente José Sarney disse que acredita "numa boa solução" para a questão da dívida dos Estados. Na segunda-feira, através do governador de Goiás, Henrique Santillo, Sarney tentou marcar uma reunião com todos os governadores, para o dia seguinte, e fazer um acerto prévio da renegociação dessa dívida. A tentativa esbarrou no governador de São Paulo, Orestes Quércia, que se recusou a simplesmente selar uma idéia que o presidente tinha em mente e acabou apresentando aos governadores. Para evitar o constrangimento, Sarney argumentou que não sabia da reunião dos governadores com Ulysses Guimarães, ontem, exatamente para rediscutir o pagamento da dívida. O que os governadores acertarem com o governo e o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Cid Carvalho, será aprovado no Congresso e incluído no Orçamento da União para 89. Mas os ministros da Fazenda e do Planejamento, derrotados na questão, vão insistir na tese de que essa redução da receita proveniente de Estados e municípios precisará ser compensada com o corte de outras despesas, como subsídios, custeios ou investimentos, de forma a zerar o déficit.